

Universidade de São Paulo  
Escola de Comunicações e Artes  
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação

**Caroline Soares Almeida**

**Cultura indígena: as mídias sociais como ferramenta decolonial e  
processo de resistência**

São Paulo

2023

Universidade de São Paulo  
Escola de Comunicações e Artes  
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação

## **Cultura indígena: as mídias sociais como ferramenta decolonial e processo de resistência**

**Caroline Soares Almeida**

**Orientador: Profa. Ms. Andrea Rosendo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

São Paulo

2023

## **AGRADECIMENTOS**

Para minha família e amigos que me apoiaram durante a trajetória no curso.

Aos professores e colaboradores do CELACC que estiveram presentes nessa caminhada.

Aos colegas que tive a oportunidade de partilhar experiências e conhecimentos.

Em especial, gostaria de agradecer a Prof. Andrea, pela divisão de conhecimento, auxílio e apoio em todo processo de pesquisa.

# CULTURA INDÍGENA: AS MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DECOLONIAL E PROCESSO DE RESISTÊNCIA<sup>1</sup>

Caroline Soares Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo entender como as redes sociais e novas tecnologias têm se tornado uma ferramenta essencial para o avanço dos processos de resistência e difusão da cultura dos povos indígenas. Para isso, propõe-se analisar o discurso de criadores de conteúdo indígena, a fim compreender como a produção de conteúdo digital pode contribuir para o fortalecimento de suas culturas. A produção de conteúdo político e cultural tem crescido nas redes sociais, dentro dessa perspectiva, pode-se apontar os mecanismos e discursos utilizados como recurso decolonial dentro de plataformas midiáticas hegemônicas.

**Palavras-chave:** Cultura indígena. Colonialidade. Resistência. Decolonial. Redes sociais.

## **Indigenous culture: social media as a decolonial tool and resistance process**

**Abstract:** This article aims to understand how social networks and new technologies have become an essential tool for the advancement of processes of resistance and dissemination of the culture of indigenous peoples. For this, it is proposed to analyze the discourse of indigenous content creators, in order to understand how the production of digital content can contribute to the strengthening of their cultures. The production of political and cultural content has grown in social networks, within this perspective, one can point out the mechanisms and discourses used as a decolonial resource within hegemonic media platforms.

**Key words:** Indigenous culture. Coloniality. Resistance. Decolonial. Social media.

## **Cultura indígena: las redes sociales como herramienta decolonial y proceso de resistencia**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo comprender cómo las redes sociales y las nuevas tecnologías se han convertido en una herramienta fundamental para el avance de procesos de resistencia y difusión de la cultura de los pueblos indígenas. Para ello, se propone analizar el discurso de los creadores de contenidos indígenas, con el fin de comprender cómo la producción de contenidos digitales puede contribuir al fortalecimiento de sus culturas. La producción de contenidos políticos y culturales ha crecido en las redes sociales, dentro de esta perspectiva se pueden señalar los mecanismos y discursos utilizados como recurso decolonial dentro de las plataformas mediáticas hegemónicas.

**Palabras clave:** Cultura indígena. Colonialidad. Resistencia. Decolonial. Redes sociales.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi.

## **Introdução**

A forma como a cultura é indígena é vista no mundo mudou ao longo dos anos. O principal ponto de partida para essa transformação foram os encontros internacionais realizados pela ONU, junto à Unesco, para a promoção de políticas de proteção aos direitos intelectuais e culturais dos povos indígenas. Os encontros e assembleias serviram como diretrizes para colocar a cultura indígena no centro das discussões sobre cultura.

Houve uma mudança de caráter dos debates sobre os povos indígenas a partir de 1990, em que se passou a discutir também sobre políticas de propriedade intelectual, principalmente porque em 1992 foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, a resolução 47/135, em que se estabelece a primeira Declaração internacional dos Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas ou Linguísticas e passa a ser uma diretriz para agências internacionais que trabalham em prol à diversidade.

O antropólogo Shelton H. Davis destaca em seu artigo “Diversidade cultural e direitos dos povos indígenas” que a resolução assumiu na época dois pontos fundamentais, que podem ser destacados do artigo 4 da declaração: a) Garantir de forma efetiva os direitos humanos e as liberdades fundamentais. b) Criar condições para que as minorias tenham espaço para expressão e desenvolvimento de sua cultura, língua, religião, tradições e costumes (Davis, 2008).

A resolução foi colocada como uma diretriz a ser assumida internacionalmente, mas não foi adotada de modo efetivo, em especial em países que apresentavam problemas com desigualdade social e exclusão de minorias étnicas, como é o caso do Brasil.

As perspectivas internacionais mudaram à medida que houve um avanço de consciência em relação à contribuição dos povos indígenas para cultura de forma crítica, mas também sob perspectiva antropológica da cultura como patrimônio imaterial e a partir do modo de vida, tradições, valores e crenças. No final da década de 1990 foram promovidos diversos encontros na América Latina, que contribuíram com as discussões sobre a influência globalização no campo cultural.

Os debates sobre a globalização continuam sendo fundamentais devido ao surgimento de redes de apoio e resistência a partir da integração à internet como ferramenta, se tornando um elemento chave para discutir cultura. Tanto que a partir dos anos 2000, passam a ser incluídos também questões de promoção e proteção à diversidade cultural e a implementação de políticas de pluralismo internacionalmente.

Apesar das transformações internacionais, o Brasil tem uma série de características próprias na sua relação estabelecida com os povos indígenas. Entre os anos de 1970 e 1980 ocorreram revisões historiográficas para que fossem incorporados os subalternizados e colonizados como agentes protagonistas da história, como é o caso dos povos indígenas, e não somente figuras secundárias e estereotipadas. Foi um passo importante, mas que acabou se limitando à academia e pesquisas antropológicas e historiográficas, já que o Brasil ainda é um país que promove pouco ou quase nenhum programa que garanta o acesso da população indígena à educação. Fator que se torna um limitador à integração e contribuição dos povos indígenas.

Esses fatores refletem na Constituição de políticas efetivas que garantam direitos aos povos indígenas no país. O Brasil estabeleceu uma relação de segregação com os povos indígenas desde a colonização, inviabilizando a transmissão de seus costumes e práticas culturais. A construção de Estado Nação a partir da eurocentrização contribuiu para que as subjetividades de suas culturas fossem apagadas.

A relação de dominação europeia sob a america-latina, estabelecida durante a colonização, culminou na legitimação das relações de poder que vão além da estrutura social, mas que também influenciam no modo como os indivíduos se manifestam e pensam, assim limitando a produção de saber e as subjetividades a uma única cultura hegemônica (Quijano, 2005).

Esses elementos são percebidos na própria caracterização de aparatos que foram criados em prol da proteção aos povos indígenas. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que foi criado em 1910, foi cheio de contradições, além do envolvimento em escândalos de corrupção e denúncias por assassinatos em massa dos povos indígenas, latifúndios e exploração. Devido ao histórico controverso, foi instituída em 1967 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que visava a integração de indígenas à sociedade.

Até 1986, as políticas destinadas aos povos indígenas não garantiam liberdade e emancipação das suas individualidades e subjetividades. Após a aprovação da Constituinte em 1987, marcada também pelo discurso do Ailton Krenak<sup>3</sup>, passou a discutir-se a promoção das políticas de proteção e demarcação de terras indígenas, aos direitos à liberdade cultural, linguística e religiosa. Foi um marco importante, mas que efetivamente não garante até os dias de hoje direitos mínimos.

Mesmo com fatores limitantes houve levantes simbólicos para a retomada de direitos entre 2019 e 2020. Transformações que decorrem da falta de políticas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o descaso em todo seu governo, mas a pandemia de COVID-19<sup>4</sup> também impactou a forma de comunicar e informar, tornando a internet um espaço político e de resistência. Período que abriu espaço para que indígenas pudessem mostrar suas realidades.

Fator que impulsionou a conscientização política de indígenas desaldeados e também a difusão de suas identidades e pertencimento indígena. Esse impacto também foi percebido nos últimos anos, em relação às mudanças na indústria cultural, com a inserção de artistas e produções indígenas em veículos e instituições hegemônicas. Transformação que decorre das lutas e reivindicações dos povos indígenas.

A internet é uma ferramenta importante e que impulsionou o surgimento de novas personalidades indígenas e a inclusão da pauta na agenda da indústria cultural. Em 2021, durante a 34ª Bienal, os povos indígenas tiveram destaque, principalmente pela presença do artista Jaider Esbell, que também reivindicou que houvesse presença de mais indígenas.

Desde de 2020 podemos perceber a presença do debate e de indígenas em programas de TV hegemônicos. É a partir dessas articulações que será analisada a presença de indígenas nas mídias sociais, como o surgimento da rapper, artista e ativista indígena, Katú Mirim e do comunicador e criador de conteúdo Tukumã Pataxó. Para o desenvolvimento de

---

<sup>3</sup> Pertencente à etnia Krenak ou Borun, localizada no vale do Rio Doce em Minas Gerais, Ailton Krenak é uma das lideranças do movimento indígena no Brasil e intelectual braileiro. Na década de 1980 dedicou-se exclusivamente ao movimento indígena, período que ganhou notoriedade no país. Durante a Assembleia Constituinte em 1987, Ailton protagonizou um dos momentos mais marcantes da história, em que realizou discurso na tribuna em defesa dos povos indígenas e contra a agenda anti-indígena da época. Krenak proferiu o discurso vestido com um terno branco e pintou o rosto com tinta preta para protestar contra os retrocessos.

<sup>4</sup> A pandemia de COVID-19 foi causada pelo vírus SARS-CoV-2, que teve seu início em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

dados serão analisados o conteúdo produzido por essas figuras e os discursos que utilizam. Pretende-se extrair dados de conteúdos digitais e periódicos. Em relação ao conteúdo produzido, será feito um mapeamento das suas produções no Instagram desde 2020 a fim de analisar e caracterizar o conteúdo que é produzido e o discurso empregado.

## **1. Colonização e colonialidade: apagamento e concepção das subjetividades**

Compreender que a colonização não representa somente um período histórico é um ponto de partida fundamental para entender as relações de poder estabelecidas pela hegemonia europeia e euro-americana ao longo dos anos, que podem ser elencadas ao abordar algumas concepções históricas e teóricas.

As expedições coloniais provenientes do modelo de concorrência entre impérios europeus em busca de expansão de mercado, extração de excedentes e sucessivamente a acumulação de capital, são marcadas não somente pela expropriação e escravização/exploração de mão de obra de povos não-europeus, mas também por estabelecer um novo padrão mundial de sociedade de classes (Grosfoquel, 2009). O capital acumulado devido ao uso de mão de obra escrava, serviu como recurso para instituir o capitalismo como sistema mundial, além de originar hierarquias globais baseadas na superioridade europeia sob povos não europeus.

Moldadas à luz da modernidade eurocentrada, essas hierarquias estão presentes na sociedade a partir da relação de poder estabelecida pela figura do homem colonial, que Ramon Grosfoquel descreve como: heterossexual, branco, patriarcal, cristão, militar capitalista e europeu. Essas características refletem diretamente em como essas hierarquias são estabelecidas, principalmente pelo uso da classificação de raça e inferioridade imposta aos povos não-europeus.

A estrutura de classe privilegia o homem colonial, em que toda a esfera social é voltada a uma hierarquia patriarcal branca, cristã, heterossexual e cisonormativa. Essas divisões colocam as pessoas não brancas, negras, indígenas e periféricas à margem dos interesses sociais, econômicos e culturais (Grosfoquel, 2009).

O conceito de *Colonialidade do Poder* cunhado por Aníbal Quijano auxilia a entender como a colonização impulsionou a dominação europeia para além do modo de produção e divisão de trabalho, mas também sobre as produções intelectuais e as subjetividades étnicas, culturais e sexuais.

Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 6).

A dominação europeia passou a instituir mundialmente um padrão intelectual e cultural unificado e hegemonicamente centrado, como forma de controle das forças de trabalho a fim de estabelecer o capitalismo mundial (Grosfoquel, 2009). Essa articulação permeia toda a sociedade e as múltiplas culturas que antecedem as experiências coloniais e capitalistas, contribuindo assim para que diferentes povos fossem despojados de sua história, cultura, língua e identidade.

O eurocentrismo hegemônico assume um ponto de vista universalista em que todo conhecimento e produção de saber é baseada a partir das visões de mundo do *homem colonial*. O que pode ser discutido como o “ponto zero”, que parte da concepção de um mundo a partir do homem europeu/colonial, anulando a existência de outros povos e civilizações.

Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram constituir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores (Grosfoquel, 2009, p. 388).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano classifica esse processo a partir de duas concepções: o colonialismo como dominação político-militar e econômica, e a colonialidade como a permanência das relações coloniais sob a produção de saber. Isso porque, o eurocentrismo é instituído como único e universal modelo cultural e social, em que suas práticas e conhecimentos são impostas como superiores marcada pelas relações de poder

coloniais. Essas relações constroem, universalmente, a visão de que toda forma de vivência antes do capitalismo é primitiva.

Outra perspectiva que contribui para essa visão é a criação do Estado Nação, que implica diretamente nas articulações culturais fora do escopo eurocêntrico, criando unidades de visões a fim de “unificar” os países em prol do nacionalismo. Mesmo em solo nacional a Constituição de um Estado Nação desencadeia um processo de invisibilização de povos tradicionais e suas culturas, que tem como objetivo a formação de uma identidade nacional produzida pelo Estado, em que particularidades regionais e culturais são suprimidas. O que impõe ao sujeito subalterno uma condição de apagamento histórico e inibe sua capacidade de contribuir com a produção de propriedade intelectual, reduzindo-o a um papel primitivo.

### **Concepção de raça**

A criação da categoria raça é introduzida pelo ocidente como ferramenta de dominação e é considerada uma das bases do desenvolvimento capitalista. Em discussões atuais a questão racial e o racismo são elencados como parte estrutural do sistema, que dissemina a ideia de inferioridade de povos não-europeus. A categoria acaba por dissociar diferentes etnias, mesclando-as e condicionando a uma única classificação universal de raça. Essa relação é intrínseca à América Latina, em que os povos indígenas foram desapropriados de sua língua, crença e costumes, passando a serem incorporados na sociedade como um povo “primitivo”, separando-os de suas particularidades.

O desenvolvimento e introdução da categoria raça desde o período colonial são um dos principais fatores que contribuem para a discriminação dos povos e culturas indígenas, sendo uma maneira de legitimar as relações de dominação, a partir da criação de novas identidades culturais na América latina, que foram associadas papéis sociais entre colonizadores e colonizados (Quijano, 2005).

Após a expansão europeia assumir caráter de dominação mundial, raça e racismo passaram a ser o princípio organizador de toda estrutura, (Grosfoquel, 2009). Esse fenômeno atravessa toda a esfera social, sendo estabelecido como parte do controle do sistema em todos os campos sociais, limitando o acesso a liberdades individuais e coletivas, subjetividades/intersubjetividades e produção de conhecimento, (Lugones, 2020).

A concepção de raça consolida-se com a dominação europeia como desenvolvimento “natural” da humanidade, em que há uma divisão entre povos superiores e inferiores, que atravessa diversos campos das relações humanas, onde há separação entre o que é produzido pelo colonizado e colonizador.

De acordo com uma concepção de humanidade que se consolidou com essa mitologia, a população mundial foi dividida em dicotomias: superior e inferior; racional e irracional; primitiva e civilizada; tradicional e moderna (Lugones, 2020, p. 66).

Os povos não europeus continuam sob exploração e dominação europeia/euro-americana, que estão vinculados ao modelo de divisão de trabalho internacional e a acumulação de capital. O racismo é uma ferramenta capitalista que nutre as hierarquias coloniais, reforçando sua relação de poder para o controle das forças de trabalho.

### **Raça e gênero**

A hierarquia racial global também atravessa as relações de gênero. Na estrutura de controle capitalista podemos perceber os lugares que são ocupados dentro da hierarquia social. No topo dessa escala temos o *homem colonial*, que estabelece também uma relação de poder patriarcal. Assim como a categoria de raça, o gênero é introduzido como ferramenta de dominação e exploração capitalista.

O conceito de Sistema de gênero moderno/colonial, trabalhado por María Lugones, traz reflexões importantes. Além da estrutura moderna/colonial estabelecida pelo colonialismo e a divisão racial, o patriarcado é parte inerente do sistema. A criação das classes sociais está diretamente vinculada à consolidação da categoria de raça e gênero, por serem pilares capitalistas fundamentais para sustentação de controle (Lugones, 2020).

O sistema patriarcal global reforça as mesmas dicotomias entre superiores e inferiores, e também o controle do homem sobre as mulheres. Enquanto essa dicotomia desprové o homem não europeu das suas subjetividades e usa sua força de trabalho para acumulação de capital, a mulher não branca é despojada também do controle de seu próprio corpo, sexualidade e conhecimentos.

Historicamente, mulheres negras e indígenas são retratadas como seres selvagens/indomáveis e fortes, enquanto as mulheres brancas são descritas como frágeis. Internacionalmente, as feministas interseccionais apontam para essas diferenças entre as identidades produzidas pelo sistema moderno/colonial.

As mulheres negras e indígenas sempre estiveram na base do sistema. A estrutura patriarcal as destinou a papéis associados ao trabalho braçal e doméstico, um dos principais elementos destacados em relação às lutas feministas<sup>5</sup>, porque as mulheres negras sempre estiveram servindo enquanto força de trabalho. Mas em contrapartida, são privadas enquanto indivíduo das suas identidades e liberdades individuais, e ao acesso à produção de conhecimento. O patriarcado não implica somente nas liberdades individuais e coletivas, mas apaga as experiências e vivências que antecedem ao capitalismo, principalmente na América Latina.

### **Culturas híbridas e a produção da cultura como resistência**

O debate sobre a globalização é um dos principais pilares da nova dinâmica social através das mídias sociais. O processo acentuou a interculturalidade moderna e pós-moderna, gerando um hibridismo cultural, que parte da premissa dos fluxos de interação a partir da interatividade de diversos indivíduos em comunidades específicas intermediadas pelas mídias sociais e novas tecnologias (Canclini, 2019).

O estreitamento entre fronteiras discutido por Néstor García Canclini em “Culturas Híbridas” ressalta o caráter dessa mesclagem entre culturas, que cada vez mais fica indissociável dos avanços comunicacionais. Apesar de representar um salto importante para sociedade, esse processo apresenta diversas contradições ao gerar um hibridismo heterônoma, mas que tende a impor um hibridismo no sentido de massa. Isso porque, junto a globalização, houve um impulsionamento da indústria cultural, que produz e reproduz uma cultura massiva e hegemônica.

---

<sup>5</sup> O feminismo interseccional reconhece a existência de outras opressões além do gênero. Criada nos de 1980 pela professora Kimberlé Williams Crenshaw, a teoria interseccional leva em consideração os aspectos raciais, étnicos, sociais, econômicos e também as questões de identidade de gênero e orientação sexual.

Ao mesmo tempo que torna-se um facilitador em relação à comunicação, esse processo de hibridismo acaba por marginalizar culturas e indivíduos subalternizados que estão desassociados à cultura dominante. O hibridismo impulsiona a arte hegemônica e de massa em cadeia produtiva e reprodutiva, por ter se estabelecido como “símbolo” da modernidade. Apesar dos Estados Nações terem estabelecido as culturas dos povos originários e tradicionais no imaginário popular como parte histórica do país, a cultura produzida por estes destina-se ao culto pelo passado e o antigo.

Mesmo nos países em que o discurso oficial adota a noção antropológica de cultura, aquela que confere legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social, existe uma hierarquia dos capitais culturais: a arte vale mais que o artesanato, a medicina científica mais que a popular, a cultura escrita mais que a transmitida oralmente. Nos países mais democráticos ou onde certos movimentos conseguiram incluir os saberes e práticas dos indígenas e camponeses na definição de cultura nacional, os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar, mas um lugar subordinado, secundário, ou à margem das instituições e dos dispositivos hegemônicos (Canclini, 2019, p. 195).

A divisão social e de classes, estabelecida pela colonização, impacta no setor cultural, que cria divisões entre o moderno e o tradicional; o culto e o popular; o hegemônico e o subalterno. Essa divisão é utilizada pelas classes hegemônicas como ferramenta para apropriarem-se do patrimônio comum, de modo que consagram-se elementos dentro da cultura que são produzidos pelos grupos dominantes ou que necessitam de formação e informação necessária para sua compreensão (Canclini, 2019).

A composição social cria divisões desiguais, em que produtos e saberes desenvolvidos por grupos subalternizados, povos tradicionais e originais, se dão como uma cultura secundária e popular, que acabam por virar um produto dentro da busca por capital muitas vezes como forma de sobrevivência ou reprodução do tradicional. Há uma necessidade por parte da esfera burguesa de produzir e consumir bens sociais de acordo com seus interesses, para isso é estruturado e produzido essas diferenças, destinando as demais culturas um lugar de marginalização.

Apesar das contradições apresentadas pelo hibridismo cultural, ele possibilita que os grupos subalternizados criem suas próprias comunidades e consigam difundir seus conhecimentos e bens culturais. A internet é uma ferramenta que abre espaço para novas formas de reivindicar culturas e direitos, já que é possível comunicar com pessoas além das fronteiras regionais, nacionais e internacionais. Essa oposição à cultura hegemônica pode ser produzida pelos grupos subalternizados através do fortalecimento e reivindicações por meio do aparato tecnológico.

O debate do multiculturalismo abrange esse cenário também, porque há uma conexão entre grupos subalternizados, que podem se difundir a partir do compartilhamento de suas vivências, lutas, culturas e produção de saber. É comum presenciar movimentos que ganham repercussão mundial nas redes sociais, como foi o caso do *'Black Lives Matter'*, que iniciou-se nos Estados Unidos e ganhou destaque em outros países devido ao alto índice de violência contra a população negra.

As redes sociais e as inovações comunicacionais não ficam restritas somente ao compartilhamento de ideias e culturas, mas acabam por aproximar etnias e povos originários, que tem a possibilidade de compartilhar suas experiências pessoais e coletivas e sucessivamente gerar identificação com as realidades. Nesse sentido, há um aumento da consciência racial, gerada por ferramentas digitais em um mundo globalizado. Essas percepções chegam até os sujeitos de locais diferentes como *"identidades partilhadas"*, produzindo assim novas identidades, comunidades e culturas, que se desvinculam de *"padrões"* já implementados socialmente (Hall, 2003).

Fatores que abrem espaço para a retomada de singularidades multiculturais de diferentes povos, etnias e comunidades a partir de trocas de conhecimento e experiências, culminando em processo de resistência por suas identidades e culturas.

### **1.1. As redes sociais e o papel do influenciador digital**

Ao longo dos anos, o cenário digital passou por diversas transformações que impactaram a forma de comunicar e produzir conteúdo. Diferentes termos foram associados aos criadores de conteúdo digital à medida que houve avanços tecnológicos nas mídias digitais. Os anos 2000 foram marcados pelos blogueiros, que conferiam estilo pessoal aos

seus sites, e que sucessivamente foram “substituídos” pelos vlogueiros, que mais tarde ficaram popularmente conhecidos como YouTubers, disseminando a prática de produção em nicho por meio de vídeos.

A medida que as mídias digitais foram percebidas como facilitadoras em relação ao alcance de diferentes públicos através de um emissor como os blogueiros e vlogueiros, o mercado estabelece uma relação de troca com esses intermediadores, tornando assim essa produção em nicho em uma oportunidade de conversão de um público para marcas e empresas. Essa mudança no caráter das mídias molda uma nova profissão à medida que muitos desses criadores de conteúdo passam a ser popularmente conhecidos como influenciadores digitais a partir de 2015 (Karhawi, 2017).

É necessário entender que o impacto do influenciador não é gerado apenas por meio de patrocínios e publicidades, mas sim por seu papel dentro das redes sociais. O influenciador geralmente está ligado a um público em específico, criando assim uma dinâmica de troca, onde lhe é conferida credibilidade e confiança. Essa credibilidade estabelecida com seu público passa a estabelecer uma relação de influência nas relações sociais de um determinado nicho, condicionado o público a um estilo de vida.

O discurso circulante sustenta que os influenciadores são aqueles que têm algum poder no processo de decisão de compra de um sujeito; poder de colocar discussões em circulação; poder de influenciar em decisões em relação ao estilo de vida, gostos e bens culturais daqueles que estão em sua rede (Karhawi, 2017, p. 48).

As mudanças no cenário digital apontam cada vez mais para a formação de opinião por meio das redes sociais e dos micro influenciadores/ influenciadores, que dialogam com nichos cada vez menores e específicos. Essas transformações na forma de comunicar também estão ligadas diretamente ao capital social e o poder de influência adquirido pelo *influencer*, que acaba sobressaindo-se sob as mídias tradicionais e hegemônicas (Karhawi, 2017).

A dinâmica midiática estabelecida pelas redes sociais e as novas tecnologias incorporou à sociedade uma nova forma de interação ao possibilitar o estreitamento fronteiro e geográfico. Ela promove múltiplos tipos de trocas interpessoais e vínculos

sociais, sem haver necessidade dos indivíduos compartilharem do mesmo espaço (Thompson, 2008).

O nascimento da internet e de outras tecnologias digitais amplificou a importância das novas formas de visibilidade criadas pela mídia e, ao mesmo tempo, tornou-as mais complexas. Elas aumentaram o fluxo de conteúdo audiovisual nas redes de comunicação e permitiram que um número maior de indivíduos criassem e disseminasse esse tipo de conteúdo (Thompson, 2008, p. 23).

Para Thompson, essa dinâmica promove na sociedade uma autopromoção, sendo possível a presença de líderes políticos e outros indivíduos no cotidiano de públicos diferentes, onde tornam-se mais próximos de seus nichos e reforçam sua credibilidade através da promoção de aspectos da sua vida pessoal.

O processo de construção de figura de influencer, passa por diferentes processos, sendo necessário manter o nível de produção e qualidade de seu conteúdo; a manutenção da relação entre emissor e público; sua relevância dentro do nicho e seu poder de influência (Karhawi, 2017). Dentro dessa lógica, pode-se dizer que o papel do influencer pode se dar pelo impulsionamento de debates e até mesmo por sua influência no poder de compra de seu nicho.

## **1.2. Cenário Brasileiro: Levantes indígenas e o surgimento de indígenas na web**

Nos últimos anos, os povos indígenas enfrentam diversos problemas em relação à falta de políticas públicas de proteção no Brasil. Durante a pandemia de COVID-19, indígenas em todo país sofreram com o isolamento, para que pudessem evitar a chegada da doença em suas comunidades. Em relatório divulgado em 2020 pelo Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, criado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), foram contabilizadas 889 mortes e 41.250 contaminações de 161 povos indígenas. A taxa de mortalidade também foi destacada, devido ser 16% maior que a mortalidade geral no país.

Sem um plano efetivo para proteção dos povos indígenas, foi implementado em 1º de dezembro as barreiras sanitárias para enfrentamento a COVID-19 em territórios indígenas,

mas que se mostrou ineficaz, devido a falta de cumprimento do governo com as determinações do Supremo Tribunal Federal (STF). Também não houve esforço por parte dos governos estaduais e do ex-presidente Jair Bolsonaro para contenção do vírus. Além do agravamento nos casos de contaminação e mortalidade entre os povos indígenas, houve omissão em órgãos públicos em relação ao desenvolvimentos de planos de combate ao coronavírus e um aumento de 9,5% de invasões em terras indígenas. O período foi marcado pelo alto índice de violência e genocídio dos povos originários deliberado com o avanço do garimpo e grilagem ilegal.

As lutas indígenas intensificaram-se em 2020, por reivindicação à vacina e pelo direito à vida, mas com o agravamento no cenário político em 2021, onde o Projeto de Lei 490/2007 voltou a ser discutido na Câmara dos deputados, houve uma série de manifestações e protestos indígenas contra o PL. Um dos principais pontos é a tese do Marco Temporal, que vai em contramão ao que foi estabelecido pela Constituição de 1988, que visa determinar a data de promulgação da Constituição como marco para deliberar e reconhecer uma terra oficialmente como indígena.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Brasil, 1988, art. 231).

O projeto de lei desconsidera a violência estrutural contra os povos originários, que ao longo dos anos foram expulsos de seus territórios, e visa a demarcação de terras que foram ocupadas somente antes da Constituição. O PL também traz outros retrocessos e riscos às comunidades indígenas, e que pretende liberar o garimpo nos territórios. Em junho de 2021, cerca de 450 lideranças de 25 povos indígenas de todas as regiões do país, estiveram presentes em Brasília para acompanhar e protestar contra a votação do PL 490. Foi um momento histórico em todo o país, que estabeleceu dias de manifestação em frente ao Ministério da Justiça.

A pandemia e os levantes de 2021 não implodiram manifestações somente nas ruas, mas deram início a criação de redes de apoio por meio das mídias digitais. Como forma de

combater a desinformação e mostrar as realidade nas aldeias indígenas, as redes sociais foram ocupadas por páginas e personalidades indígenas.

Houve um crescimento no uso das redes sociais durante o período pandêmico, de acordo com uma pesquisa do Report in Digital de 2020, houve um aumento de 11 milhões de usuários no Brasil, totalizando 140 milhões. Além dos brasileiros ocuparem o segundo maior índice de uso do Instagram, segundo relatório de 2020 do Reuters Digital News Report.

A pandemia acabou impulsionando o uso das redes sociais por indígenas, que começaram a ter uma presença cada vez mais evidente. Desde 2020, com o *boom* do TikTok e do Instagram, podem ser encontrados perfis de indígenas que usam as plataformas com a finalidade trazer visibilidade às suas comunidades e cultura. Durante os levantes, a violência sofrida pelos povos indígenas também foi mostrada, a fim de informar aqueles que desconhecem a realidade indígena.

A visibilidade fomentada pelas redes sociais trouxe legitimação para algumas personalidades indígenas, que hoje ocupam espaço nas mídias hegemônicas e tornam o debate mais relevante para sociedade. Diversos programas, incluindo a grade das emissoras da TV Globo, TV Cultura e GNT, incluíram em suas pautas o debate indígena. No último período, nomes como Denilson Baniwa, Renata Tupinambá e Ailton Krenak estiveram em relevância.

Assim como nas redes sociais, alguns *influencers* tiveram destaque através da produção de conteúdo digital. Atualmente com uma grande visibilidade, nomes como Noah Alef, Katú Mirim, Tukumã Pataxó, Samela Sateré Mawé e Txai Suruí; entre outros, ganharam notoriedade, principalmente entre o público mais jovem.

## **2. Metodologia**

Para construção do referencial e o embasamento teórico foram propostos autores que dialogassem com a decolonialidade, a fim de apresentar elementos que compõem a colonialidade do poder, e os processos de racialização e subalternização a partir da colonização europeia na América latina. Para compreensão da cultura e dinâmica nas redes sociais foram apresentadas argumentações de autores de estudos comunicacionais e multiculturais.

A partir do perfil do Instagram de dois criadores de conteúdo digital, foram analisados o tipo de conteúdo que é produzido e o discurso que é utilizado, a fim de caracterizar a produção e identificar mecanismos decoloniais. Para isso serão analisados vídeos de cada um dos perfis, que contextualizam com o debate apresentado por meio do embasamento teórico. O conteúdo analisado foi caracterizado da seguinte forma: a) Informativo; b) Cômico; c) Cultura POP; d) Curiosidades. A divisão apresentada auxilia na compreensão dos elementos que podem ser estabelecidos de acordo com os padrões e fórmulas identificadas nos vídeos produzidos pela artista Katú Mirim e pelo comunicador Tukumã Pataxó.

Os vídeos selecionados vão guiar a análise de conteúdo e discurso, que consiste em: interpretação; compreensão dos elementos chaves e suas simbologias; contexto social do indivíduo. Esses elementos vão nortear a investigação, para que se possa entender a partir de quem e para quem se destina o discurso. De acordo com Eni P. Orlandi, a análise de discurso não se limita a interpretação, mas trabalha com os mecanismos que partem do processo de significação. Desta forma, a compreensão do discurso parte do sentido da produção de subjetividades; linguística e historicidade do sujeito para que se possa explicar a narrativa que constrói.

### **3. Produção indígena nas redes sociais e seus discursos disruptivos**

Para embasar as pesquisas serão analisados os perfis de dois criadores de conteúdo digital indígena, a rapper e artista Katú Mirim e o comunicador Tukumã Pataxó. Ambos utilizam suas redes sociais para disseminar discussões sobre a cultura indígena e abordar temas que rompam com a visão eurocêntrica sobre os indígenas.

O comunicador Takumã Pataxó tem perfil<sup>6</sup> no Instagram com cerca de 261 mil seguidores em que produz conteúdo desde 2017. Pertencente ao povo Pataxó, ele mostra a realidade de seu povo e dos indígenas no Brasil, por meio de seus posts, além de pautar em suas publicações sobre os processos de resistência indígenas e suas lutas.

Desde de 2020 tem produzido conteúdos politizados através de vídeos curtos, que buscam mostrar e informar sobre a realidade e a cultura indígena; também utiliza de recursos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/tukuma\\_pataxo/](https://www.instagram.com/tukuma_pataxo/)>. Acesso em 11/06/2023.

e *trends* presentes no Instagram e Tik Tok para produzir um conteúdo cômico e descontraído, em que pauta situações cotidianas vivenciadas por indígenas.

Apesar do Instagram hoje ser uma das principais redes sociais que utiliza para comunicar, possui um canal no YouTube onde há vídeos publicados desde 2016 onde mostra o cotidiano e cultura do povo Pataxó. Atualmente, Takumã possui uma grande visibilidade em suas redes e também na mídia hegemônica. É um dos apresentadores do podcast “Papo de Parente”<sup>7</sup> na Globoplay e também é um dos colaboradores na Mídia NINJA<sup>8</sup>.

Katú Mirim é uma mulher indígena em situação urbana, como ela mesma se identifica em suas redes sociais. A artista trilhou um caminho de retomada de identidade, já que aos 11 meses foi adotada por uma família branca e somente aos 13 anos conheceu seu pai biológico, pertencente ao povo Boe Bororo, momento em que teve seu primeiro contato com suas raízes indígenas. Aos 17 anos conheceu a sua mãe, que era uma mulher preta da periferia.

Em um dos vídeos publicado em seu perfil no Instagram, intitulado "Retomada de Identidade?"<sup>9</sup> ela comenta sobre sua trajetória.

A minha retomada começa aos 13 anos, no momento em que eu sei daonde eu venho, do momento que me é apontado um povo, um caminho, mas como eu vim da periferia, eu não tinha contato com escolas particulares e não tinha contato com tecnologia alguma, essa retomada demorou muitos anos e eu falo que essa retomada nunca acaba (Mirim, 2022).

Com uma grande visibilidade, Katú possui cerca de 118 mil seguidores no Instagram<sup>10</sup>, em que há registros desde 2016. Ficou mais conhecida em 2018 ao lançar a hashtag #indionaoefantasia, como crítica às representações indígenas estereotipadas durante o carnaval. O conteúdo produzido pela artista em sua maioria tem cunho informativo, mas

---

<sup>7</sup> Papo de Parente é um podcast original Globoplay, que foi lançado em setembro de 2021. O programa é apresentado pela educadora e liderança indígena, Célia Xakriabá e o estudante de gastronomia, Tukumã Pataxó.

<sup>8</sup> A Mídia NINJA é uma rede de comunicação colaborativa com atuação em mais de 250 cidades do Brasil. A rede foi criada em 2013 e ganhou notoriedade nas manifestações de junho.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/Cg5E6IGDdWq/>>. Acesso em 11/06/2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/katumirim/>>. Acesso em 11/06/2023.

também utiliza elementos da cultura POP para poder dialogar sobre questões indígenas e contrapor ideias estabelecidas pela colonialidade.

A sua presença nas redes vai muito além do Instagram, pois já utilizava o Facebook e YouTube como meio de comunicação para falar sobre sua vivência e sobre os povos indígenas. Katú Mirim já participou de programas da mídia hegemônica na Globo, TV Cultura, GNT e UOL.

Ambos os criadores de conteúdo digital tiveram um crescimento nas redes a partir de 2020, principalmente por ser um ano marcado pela ascensão do TikTok, em que houve uma inserção de diferentes públicos na plataforma. Nesse período pôde ser notado que os vídeos produzidos no TikTok por Katú e Tukumã foram migrados também para seus perfis no Instagram.

O formato dos vídeos estabelecido pelo TikTok influenciou o modo de produzir também para o Instagram, isso porque o modelo acabou se popularizando como *Reels*<sup>11</sup>. Apesar da produção de conteúdo ter se diferenciado durante a pandemia, onde houve um alto volume de produções nas redes sociais, a fórmula continua sendo usada. Os vídeos majoritariamente são curtos, variando entre 30 segundos a 2 minutos, empregam recursos simples de filtros, efeitos e caixinhas de perguntas disponibilizadas na rede social.

Como analisado, os conteúdos produzidos tiveram início em 2020, devido ao *boom* que as redes sociais tiveram com inclusão de conteúdos mais dinâmicos e rápidos. O público dos dois perfis é heterogêneo e predominantemente jovem. Em relação ao posicionamento político, pode se dizer que é composto pelo público de esquerda.

A partir dos dois perfis, podemos destacar os principais tipos de conteúdo produzidos, eles podem ser divididos em quatro caracterizações:

- a) Informativo: notícias e informações atualizadas sobre os povos indígenas e acontecimentos atuais no Brasil;

---

<sup>11</sup> Reels é um recurso do Instagram, que possibilita que o usuário crie vídeos curtos de até 90 segundos, que podem conter música, áudio e efeitos artificiais oferecidos pela plataforma.

- b) Cômico: utilização do humor e da ironia como recurso para representar situações cotidianas vivenciadas por indígenas como forma de crítica social;
- c) Cultura POP: a partir da análise de séries, filmes, personagens, memes e outros elementos da cultura POP, abordar e debater sobre questões raciais e contextualizar com conhecimentos da cultura indígena;
- d) Curiosidades: vídeos explicativos que podem abranger questões culturais, étnicas, linguagem e vocabulário.

A partir dessa diferenciação dos conteúdos será analisado os discursos de Katú Mirim e Tukumã Pataxó, por meio dos seus vídeos, para que possa ser identificado os mecanismos usados para romper com a colonialidade do poder e como a redes sociais podem ser uma potencial ferramenta decolonial e de resistência.



Figura 1 - Frames do vídeo de Katú Mirim fazendo crítica ao estereótipo de indígena.

Fonte: Instagram.

Em um de seus vídeos mais populares, Katú Mirim retrata e ironiza a situação vivenciada por ela no cotidiano. Com cerca de 48 mil visualizações<sup>12</sup>, ela faz uma crítica ao estereótipo empregado aos indígenas. Na legenda do vídeo ela descreve a seguinte pergunta: “Katú, tem como você vir vestida de índia?”, nas cenas seguintes ela aparece com trocas de roupas diferentes, mostrando que não importa quais roupas esteja usando, continua sendo indígena. Isso porque se trata de uma prática social comum, em que espera-se que todo indígena esteja munido de trajes e adornos comumente lidos como indígenas.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CN6BLr4HLqa/>>. Acesso em 11/06/2023.

O recurso do humor e da ironia empregados só podem ser percebidos quando estão em contraste com o contexto social da artista, que é uma indígena em situação urbana. Essa reflexão está diretamente ligada a colonialidade de raça, já que esse fenômeno impõe ao sujeito subalternizado elementos que o definem dentro de uma perspectiva eurocêntrica. Mas também estabelece relação com o hibridismo de culturas, ressoando o contraste entre o “moderno” e a identidade indígena.



Figura 2 - Frames do vídeo de Takumã Pataxó fazendo crítica a historiografia eurocêntrica.

Fonte: Instagram.

Em um vídeo com menos de 1 minuto<sup>13</sup>, Tukumã Pataxó usa o trecho da música “Esse é ladrão” do Mc Bruninho e MC Trope como paralelo a figura de Pedro Álvares Cabral, em consegue contextualizar com a história do Brasil e fazer uma crítica a forma que colonizadores são retratados nas escolas brasileiras. No primeiro frame do vídeo ele descreve: “ - Crianças, esse é Pedro Álvares Cabral. Ele que descobriu o Brasil”, na sequência ele muda a legenda para “Escolas indígenas: Esse é ladrão”.

Nesse vídeo ele faz uso do humor e da ironia, mas também utiliza a questão histórica como pano de fundo para fortalecer a narrativa dos povos indígenas, além de incluir a cultura do funk por meio da música. Os recursos utilizados para composição do vídeo podem ser relacionados a colonização no Brasil e sucessivamente à *colonialidade do poder*, que por meio da história atribui aos povos indígenas um lugar inferioridade e que por meio da colonização os despoja de direitos e participação plena na sociedade.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CZrqiR9FRnS/>>. Acesso em 11/06/2023.



Figura 3 - Frames do vídeo de Katú Mirim em protesto nas Bandeirantes em São Paulo.

Fonte: Instagram.

Em vídeo informativo<sup>14</sup>, Katú faz uma contextualização sobre o protesto que ocorreu em junho de 2021, na Rodovia dos Bandeirantes contra a PL 490, em que reforça o motivo do protesto e sobre a resistência indígena ao longo dos anos.

Fechamos a Bandeirantes sim! Uma hora, duas horas de atraso no teu trabalho [...] mas a gente, a gente está morrendo todos os dias. Desde 1500 a gente está morrendo, desde 1500. E essa PL 490, ela foi aprovada, mas só que a gente não vai desistir não. Se tiver que parar o Brasil, a gente vai parar o Brasil (Mirim, 2021).

Esse é um dos exemplos dos vídeos mais dinâmicos, e ressaltam a realidade e a luta dos povos indígenas no Brasil. Vídeos de denúncia e manifestação é um formato de mídia muito utilizado em páginas e perfis indígenas, principalmente para contrapor a conjuntura atual e a agenda anti-indígena atrelada às políticas brasileiras. Essa característica pode ser encontrada no perfil dos dois influencers, que possuem uma série de vídeos que retratam esse processo de resistência.

Durante os levantes de 2021, ambos estiveram presentes na manifestação em Brasília contra a votação do PL 490 e utilizaram suas redes para transmitir informações sobre a

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CQjc0sxngCa/>>. Acesso em 11/06/2023.

votação e os ataques a indígenas, na contramão das notícias veiculadas pela mídia hegemônica e veículos tendenciosos.

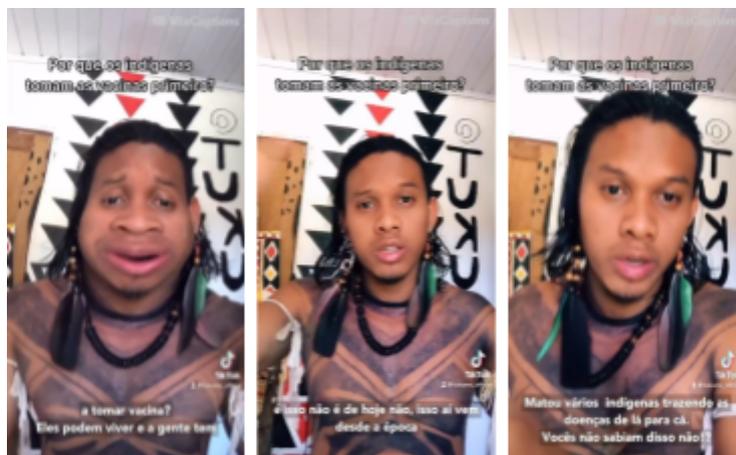


Figura 4 - Frames do vídeo de Takumã Pataxó, em que traz informações sobre os povos indígenas. Fonte: Instagram.

Durante a pandemia houve críticas em relação a priorização da vacinação em indígenas. Seguindo a linha informativa, Tukumã se propõe em vídeo<sup>15</sup> a informar o motivo da vacinação priorizada e traz também contextualização com uma curiosidade histórica:

Mas por que os indígenas são sempre os primeiros a tomarem a vacina? Eles podem viver e a gente tem que morrer é? Calma aí mal informado da vida! Não sabe pesquisar as coisas. Aprenda, aprenda [...] porque nosso sistema imunológico é mais suscetível a contrair doenças que vêm do ocidente, ou seja trazidas por vocês brancos. Isso vem desde a época de Cabral que, quando chegou aqui, a primeira coisa que fez foi dizimar vários indígenas, matando os indígenas e trazendo as doenças de lá para cá (Pataxó, 2021).

### 3. 1. Análise de conteúdo em vídeo e discurso

Esses exemplos selecionados abrangem a discussão abordada, evidenciando como as narrativas e vivências podem se diferenciar. Apesar de serem apenas alguns exemplos, é possível perceber que o discurso utilizado pelos criadores de conteúdo estão alinhadas a sua

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CKPgZZHBUQW/>>. Acesso em 11/06/2023.

realidade e ideologia. Os vídeos produzidos pela Katú Mirim, por exemplo, trazem aspectos relacionados às suas experiências, principalmente em contraste com o processo de construção e retomada de sua identidade. Na maioria de seus vídeos, ela traz elementos incorporados a partir da vida urbana e enquanto artistas que está inserida no universo POP.

Os elementos utilizados nos discursos por ela reforçam a necessidade de comunicar com diferentes públicos, a fim de transmitir conhecimento e mostrar o que é ser indígena no Brasil hoje. Ela acaba fazendo essa ruptura com a lógica colonial, quando reforça a sua identidade e traz comparações em situações cotidianas para desmistificar pensamentos sobre a cultura indígena.

Em contraponto, Tukumã traz para seus vídeos uma dinâmica que incorpora a sua experiência enquanto indígena aldeado. Desde que iniciou sua jornada na internet, ele tende a mostrar as tradições e visões dos povos indígenas na sociedade. Por meio de exemplos e informações curtas ele consegue disseminar saberes do povo indígena e abordar curiosidades que pessoas não indígenas possuem. Rompendo com a lógica de distanciar-se de públicos distintos e abrindo espaço para difusão de narrativas de povos originários.

#### **4. Considerações finais**

As redes sociais estão cada vez mais presentes no contexto político e social. Essa nova dinâmica estabelecida na sociedade possibilita a expansão e troca de conhecimentos interculturais, em que pode haver o compartilhamento de novas identidades, como é colocado pelos estudos apresentado por Stuart Hall e Néstor García Canclini.

A inserção de agentes políticos nas redes sociais e o crescimento da produção de conteúdo vem crescendo à medida que as novas tecnologias são utilizadas enquanto ferramenta política e que culminam no fortalecimento de indivíduos marginalizados e suas culturas.

A principal hipótese dessa pesquisa era entender se há possibilidade de utilização das mídias sociais como aparato decolonial e impulsionador de resistência de grupos subalternizados. Os dados apresentados até aqui indicam que é possível incorporar nas redes sociais o debate acerca da cultura indígena e expor a realidade de povos originários no Brasil,

a fim de combater fontes tendenciosas e notícias da mídia hegemônica que não retratam a realidade.

O crescimento do uso das redes sociais é outro indicativo que há espaço para o desenvolvimento de conteúdos descoloniais, já que há uma tendência à expansão de nichos e públicos específicos, que visam consumir tópicos relacionados aos seus interesses políticos, sociais e culturais. Tais como, partilham também do consumo e produção de bens simbólicos.

## Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **A atuação dos indígenas na História do Brasil. Revisões historiográficas.** São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 37, p. 17-38, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988. Disponível em: <[https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988#/con1988\\_08.09.2016/art\\_231\\_.asp](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988#/con1988_08.09.2016/art_231_.asp)>. Acesso em: 24. jul. 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os direitos do índio: ensaios e documentos.** São Paulo: Editora Brasiliense.SA, 1987.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios na Constituição.** São Paulo: CEBRAP, 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade.** São Paulo: Edusp, 2019.

DAVIS, Shelton H. **Diversidade cultural e direitos dos povos indígenas.** UNESCO, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/ykf4XjHVn7m4W5gnVkj6kyS/?lang=pt>>. Acesso em: 24. jul. 2023.

GROSOFOQUEL, Ramon. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** Em: Epistemologias do sul. Edições Almeida .SA, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KARHAWI, Issaaf. **Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão.** Em: Revista Communicare. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

LIMA, Thaís. **#ÍndioNãoÉFantasia: quem é a indígena que iniciou debate sobre uso de fantasias.** G1, São Paulo, 09 de fevereiro de 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/carnaval/2018/noticia/indionaoefantasia-quem-e-a-indigena-que-inicio-u-debate-sobre-uso-de-fantasia.ghml>>. Acesso em: 24. jul. 2023.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero. Em: Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PROJETO de lei, **Projeto de Lei 490/2007.** Brasília: 2007. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>>. Acesso em: 24. jul. 2023.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, 2005.

RAQUEL, Martha. **Entenda o “bolo de retrocessos” contra os indígenas que o PL 490 carrega.** Brasil de Fato, 15 de Junho de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/15/entenda-o-bolo-de-retrocessos-contra-os-indigenas-que-o-pl-490-carrega>>. Acesso em: 24. jul. 2023.

SINTONIA com a sociedade. **Pandemia e o consumo de notícias nas redes sociais. Usuários brasileiros são os que mais temem as fake news.** Globo Gente, São Paulo, 11 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://gente.globo.com/pandemia-e-o-consumo-de-noticias-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 24. jul. 2023.

THOMPSON, J. B. **A nova visibilidade.** MATRIZES, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008.

WELLE, Deutsche. **Mortalidade por Covid-19 entre indígenas é 16% maior.** Carta Capital, 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/mortalidade-por-covid-19-entre-indigenas-e-16-maior/amp/>>. Acesso em: 24. jul. 2023.